

TERRITÓRIO DE PESCA DO BAIXO VALE DO ITAJAÍ E TIJUCAS: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA AUTÔNOMA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Dauto J. da Silveira¹

RESUMO

Este trabalho versará sobre a natureza do processo de implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura no Território do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas de Santa Catarina e as implicações deste para a consciência crítica dos pescadores artesanais. As lutas dos pescadores artesanais em todo o litoral brasileiro se fortaleceram a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2003, especialmente, após o aludido Plano, mas não necessariamente por conta das ações institucionais criadas por ele, ainda que mediadas por elas, e sim pela contradição existente entre elas e a superação do pauperismo social. O grau de consciência crítica alcançado se manifesta nas formas de organização política autônoma, especialmente, nas formas de intercâmbio, como a rede de organização de pescadores de outros lugares e vínculo fecundo com organismos

1 Doutor em Sociologia e Professor do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari.
Email: dautojs@gmail.com

internacionais, universidades, intelectuais, etc, ou seja, é a expressão da conexão universal, do ser social.

Palavras-chave: pescadores artesanais, consciência, organização política, autonomia

FISHERY TERRITORY OF THE LOW ITAJAÍ AND TIJUCAS VALLEY: AUTONOMOUS POLITICAL ORGANIZATION AND CRITICAL CONSCIENCE

ABSTRACT

This work will deal with the nature of the implementation process of the Plan for the Sustainable Development of More Fisheries and Aquaculture in the Territory of the Low Valley of Itajaí and Tijucas de Santa Catarina and the implications of this for the critical awareness of artisanal fishermen. The struggles of artisanal fishermen all over the Brazilian coast were strengthened by the creation of the Ministry of Fisheries and Aquaculture in 2003, especially after the aforementioned Plan, but not necessarily because of the institutional actions created by it, even if mediated by them, But by the contradiction between them and the overcoming of social pauperism. The degree of critical awareness reached is manifested in forms of autonomous political organization, especially in forms of exchange, such as the network of organization of fishermen from elsewhere, and a fruitful link with international organizations, universities, intellectuals, etc. Expression of the universal connection, of the social being.

Keywords: artisanal fishermen, conscience, political organization, autonomy.

Introdução

Discutiremos, neste artigo, essencialmente, a natureza do processo de implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura (PDSMPA) no Território do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas (TBVIT) de Santa Catarina e as implicações deste plano para a formação do processo de consciência crítica dos pescadores artesanais. É mister evidenciar que a evolução dos processos de tomada de decisão dos pescadores artesanais está a demonstrar que a autonomia das suas organizações é produto do fortalecimento das instituições e serviços do Estado brasileiro. Ainda que a solidez destas organizações autônomas esteja mediada pelos fios invisíveis do capital é possível dizer que elas se arranjam negando a ordem social capitalista.

No caso em análise, as formas de lutas emancipatórias nasceram, não só das impossibilidades históricas enfrentadas, mas, contraditoriamente, do processo de fortalecimento institucional, como a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por exemplo. O curioso é que o cenário institucional, criado para a sorte dos envolvidos, simultaneamente, engendrou formas indescritíveis de regurgitamento. É possível, dentro da ordem capitalista, instituições sociais serem duas coisas ao mesmo tempo? No presente trabalho tentaremos tocar nesta questão. Para além dela, outros questionamentos serão feitos, quais sejam: i) qual a relação entre as lutas sociais, enquanto forma de consciência, e as condições materiais dos pescadores artesanais?; ii) na antinomia da sociedade capitalista é possível relacionar o fortalecimento dos fios sociais à concentração e centralização da riqueza? e iii) é possível identificar, no interior das lutas sociais, o componente concreto, enquanto um salto teleológico à emancipação?

O tema das lutas emancipatórias do pescador artesanal tem um significado todo especial no tempo presente. Se não bastasse a desvalorização material a que estão submetidos, há ainda um aviltamento colossal

penetrante. Em boa verdade, encontramos essas duas expressões circunscritas ao *modus vivendi* dos povos vulneráveis em qualquer canto do mundo, mas, no Brasil, a compreensão que temos é que para este grupo social de desconhecidos singulares, cuja preterição sempre foi tão evidente, o fortalecimento dessas lutas ganha outra coloração social.

Para aprofundarmos a nossa análise é lícito apresentar a natureza do processo de implantação do PDSMPA no TBVIT. A partir da exposição deste processo mostraremos como se deram as lutas populares e as organizações políticas destes pescadores artesanais.

1. Identificação do território da pesca e aquicultura

O PDTPA diz respeito a uma das seis diretrizes do PDSMPA, implementado no governo Lula em 2007. No cerne desta diretriz estava a tentativa de criar um instrumento através do qual fosse possível obter informações privilegiadas das regiões a facilitar o “processo de tomada de decisões de forma participativa, de monitoramento e de orientações gerais do setor”, conforme alude o Seap (2009, s/p). Como se tratou de algo realmente “novo”, dentro de um ministério embrionário, as tentativas de ampliar a participação social e de descentralizar os processos de decisão sofreram com a falta de articulação entre as esferas de governo e com as incompetências dos envolvidos.

Segundo consta nos documentos oficiais do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a missão do Plano de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura (PDTPA) seria de promover o desenvolvimento sustentável, integrando as atividades pesqueiras e aquícolas praticadas no TBVIT, possibilitando a implementação, elaboração e construção de programa e projetos com benefícios sociais e econômicos para o setor, visando o bem-estar de todos (MPA, 2010b). De tal sorte, foram criados no Brasil 174 territórios da pesca.

Segundo o MPA (2010, s/p) os critérios para identificação dos 174 territórios foram:

- a) Recortes territoriais de outras políticas e programas federais e estaduais;
- b) Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (Territórios da Cidadania e Povos e Comunidades Tradicionais);
- c) Registro Geral da Pesca (RGP);
- d) Infraestruturas de apoio à cadeia produtiva instalada com recursos do MPA;
- e) Territórios com previsão de implantação de Terminal Pesqueiro Público (TPP);
- f) Territórios com previsão de implantação de Parque Aquícola (continental ou marinho);
- g) Territórios com previsão de implantação de Centro Integrado da Pesca Artesanal (Cipar).

A formação dos 174 territórios ao longo do Brasil obedeceu a critérios bem definidos de importância da pesca. Neles, segundo dados da Seap (2008), estão presentes 89,8% dos pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP), 80% das áreas de alta incidência de aquicultura continental, 100% das áreas com potencial para atividade de maricultura e 85% dos reservatórios com potencial de aquicultura. Os territórios integraram 1.886 municípios e envolveram 586.090 pescadores artesanais.

2. Caracterização do território do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas

É oportuno esclarecer que nem todos os territórios foram contemplados ao mesmo tempo pelas ações do MPA. Dos 174, apenas 62 foram atendidos, sendo que em Santa Catarina, dos sete configurados (Território Baixo Vale de Itajaí e Tijucas, Território Grande Florianópolis, Território Litoral Sul, Território Meio Oeste Contestado, Território Litoral Norte, Território Oeste e Extremo Sul) apenas os quatro primeiros foram atendidos imediatamente.

O objeto de preocupação da nossa pesquisa será o Território do Baixo Vale do Itajaí e Tijucas, composto por 14 municípios: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Canelinha, Itajaí, Itapema, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha, Piçarras, Porto Belo, São João Batista e Tijucas (Figura 1).

Figura 1: Vale do Itajaí e Tijucas



Fonte: AMRFI, 2014

O território ocupa uma área total de 2.340 km², o que significa 2,46% da área do Estado de Santa Catarina. Apresenta uma população de 615.552 habitantes, o equivalente a 10,15% da população estadual (IBGE, 2010). As

duas maiores cidades do TBVIT são Itajaí e Balneário Camboriú, com populações de 183.373 e 108.089 habitantes, respectivamente. As duas cidades que mais possuem residentes em áreas urbanas são Bombinhas e Balneário Camboriú, com 100% da população.

Já as duas menores cidades são Major Gercino e Nova Trento, com populações de 3.279 e 12.190 habitantes, respectivamente. As que possuem os menores percentuais de residentes em áreas rurais são Itapema e Camboriú com 2,49% e 5,02% da população, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 - População residente por situação de domicílio

Municípios	População total	Urbana		Rural		Área (Km ²)	Hab/Km ²
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%		
Santa Catarina	6.248.436	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01	95.733	65,27
Bal. Camboriú	108.089	108.089	100	-	-	46,8	2.309,74
Balneário Piçarras	17.078	15.500	90,76	1.578	9,24	99,4	171,82
Bombinhas	14.293	14.293	100	-	-	33,8	423,28
Camboriú	62.361	59.231	94,98	3.130	5,02	214,51	290,73
Canelinha	10.603	6.726	63,43	3.877	36,57	51,4	70,03
Itajaí	183.373	173.452	94,58	9.921	5,42	289,3	633,75
Itapema	45.797	44.659	97,51	1.138	2,49	59,4	771,50
Major Gercino	3.279	1.249	38,09	2.030	61,91	285,7	11,48
Navegantes	60.556	57.402	94,79	3.154	5,21	111,5	543,29
Nova Trento	12.190	9.129	74,88	6.061	25,12	402,1	30,31
Penha	25.141	23.064	91,73	2.077	8,27	62,0	405,72
Porto Belo	16.083	15.167	94,30	916	5,70	95,8	167,82
São João Batista	26.260	23.551	89,68	2.709	10,32	220,7	118,97
Tijucas	30.499	26.002	85,39	4.958	14,61	277,2	111,69

Fonte: IBGE, 2010 (adaptado pelo autor)

É oportuno salientar que o município de Itajaí apresenta o maior porto marítimo de Santa Catarina, produzindo uma grande influência em todo o

setor pesqueiro circunscrito. Entre Itajaí e Penha há o porto de Navegantes, também responsável pelo desenvolvimento na região territorial. Mesmo recebendo influências diretas, dos dois pólos portuários acima, é perceptível a imagem de mundo artesanal da cidade de Penha. Isso pode ser reparado nos nomes das casas comerciais, o desenho humano ao longo das praias, na beira das quais é expressivo o derrame de canoas de “boca aberta” e, especialmente, na quantidade de pescadores artesanais nas quatro principais praias da cidade: Armação, Gravatá, São Miguel e Alegre.

Há no território 2.866 pescadores artesanais², dos quais 857 (29,9%) pertencem ao município de Penha, 578 (20,1%) ao de Bombinhas, e 529 (18,4%) ao de Porto Belo. O número de pescadores artesanais nos municípios de Itajaí, 50 (1,74%), e de Navegantes, 114 (3,97%), é ínfimo em relação aos de Penha, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Distribuição dos pescadores artesanais do TBVIT, por município

Municípios	Nº de pescadores artesanais
Balneário Camboriú	221
Bombinhas	578
Camboriú	15
Canelinha	5
Itajaí	50
Itapema	128
Major Gercino	0
Navegantes	144
Nova Trento	0
Penha	857
Piçarras	55
Porto Belo	529
São João Batista	1
Tijucas	333
TOTAL	2 916

Fonte: MPA, adaptado pelo autor

2 Este número corresponde a 10% do total de pescadores artesanais do Estado de Santa Catarina.

Os municípios, onde a população residente na área rural é maior que 25% (Canelinha, São João Batista, Major Gercino e Nova Trento) o número de pescadores artesanais cadastrados no RGP é muito baixo. Na cidade de Major Gercino e Nova Trento, por exemplo, sequer há registro de cadastrados. Outro cenário passível de observação refere-se a Balneário Piçarras, uma cidade litorânea inscrita na rota de pesca artesanal e cultural catarinense, com 55 pescadores artesanais cadastrados. Isso nos revela que estamos a perquirir um território de muita disparidade, não só da pesca artesanal, como também econômica, social, cultural.

Se é verdade que a organização do Estado catarinense feita pela Seap (2009) por meio de territórios da pesca, levou em conta a expressão regional (o que em tese daria robustez à política territorial) não é menos verdade que as assimetrias encontradas na maioria das cidades produziram um cenário conflituoso. De tal sorte que Itajaí e Navegantes, assentadas sobre um considerável avanço de negócios portuários, urbanos, turísticos e navais, depositaram forças maiores e mais decisivas na ordem das coisas. Nas quatro cidades onde a influência rural é maior, a política territorial estava voltada unicamente ao parco setor da piscicultura. Ou ainda, nas cidades com força preponderante da pesca artesanal, como é o caso de Penha, Bombinhas e Porto Belo, a expressão das políticas públicas girou em torno de melhorias isoladas, o que descaracterizou o eixo normativo central da política territorial.

A política territorial, ao levar em conta a identidade da pesca de forma geral e a importância da pesca artesanal e da aquicultura, como forma de renda e emprego, não mensurou os desdobramentos que uma ação institucional como essa pudesse provocar em quem vive de tais atividades.

Os dados alusivos aos pescadores profissionais industriais demonstram a importância que tem a atividade para os maiores municípios do território. Se somarmos os municípios com maior potencial de pesca artesanal do território, tais como Penha (851), Bombinhas (261) e Porto Belo (226), mesmo não havendo estruturas portuárias de beneficiamento e comercialização

pesqueiras, o número de pescadores industriais é significativo. Os dois municípios com maiores pescadores profissionais são Itajaí e Navegantes com 1510 e 1338 pescadores, respectivamente. Esses números são diretamente proporcionais à infraestrutura estabelecida nessas cidades, ou seja, não raro, esses municípios são responsáveis pelo grande volume de pescados capturados em Santa Catarina.

3. Planejamento e implementação do território Baixo Vale de Itajaí e Tijucas: qual o vínculo com o mundo da pesca artesanal?

Como dissemos os Territórios tornaram-se instrumentos mediante os quais houve a conexão entre as três esferas nacionais e a partir dessas pretendeu-se criar um aparato que propiciasse a criação de alternativas às contradições sociais da pesca e a leitura mais pormenorizada do corpo pesqueiro.

No TBVIT, esta forma de atuação resultou em um Relatório sobre a situação da pesca. O Relatório foi produto das atividades desenvolvidas *in loco* com todos os envolvidos do setor pesqueiro. Para dar início às atividades do Território da Pesca foi necessário a realização de “Oficinas de Capacitação da Equipe Técnica” composta por articuladores e assessores de gestão ambiental. As oficinas foram realizadas em Brasília, no mês de abril de 2009, onde foram discutidos os conceitos básicos e a metodologia que seria utilizada no decorrer do processo de construção da Política Territorial.

Uma vez realizado a oficina coube à “Articulação Territorial” visitar as instituições públicas com gerência no território, as entidades representativas do setor, as organizações civis com atuação voltada ao setor aquícola e pesqueiro e as instituições vinculadas a área ambiental e social. Além dessas atividades embrionárias, houve também visitas às empresas com inserção na cadeia produtiva do pescado cujo objetivo era apresentar o Plano e solicitar a participação nas Oficinas Estaduais. Todo este esforço possibilitou a criação do Colegiado da Pesca e Aquicultura (espaço onde foram debatidos

os problemas mais profundos do setor e as deliberações das possíveis soluções da referida política).

Em seguida foram realizadas quatro oficinas territoriais, com as seguintes temas: a) alinhamento conceitual e metodológico, b) aprofundamento das discussões sobre os diagnósticos e o plano de desenvolvimento sustentável, c) gestão social da pesca e aquicultura e d) planejamento territorial da pesca e aquicultura. O objetivo destas oficinas foi produzir um diagnóstico qualitativo sobre a situação da pesca no Vale Baixo do Itajaí e Tijucas e, para tal fim, foi necessário a participação dos órgãos estatais e demais entidades convidadas.

A gestão da PDTPA configurava-se da seguinte forma: a) no âmbito federal, coube à Seap, ao Comitê Executivo das Ações Territoriais (CEAT) e ao Conape presidirem a área executiva; b) no âmbito estadual coube ao Comitê de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania coordenar as discussões das políticas para o setor e c) no âmbito municipal coube às instituições envolvidas, criarem o Colegiado Territorial da Pesca (órgão que aproximaria todos ao espírito da política territorial).

4. Colegiado territorial da pesca: a tentativa de democratizar as políticas públicas do setor pesqueiro

Dado a ligeira experiência das ações políticas do Colegiado no território estudado não será possível fazer um balanço profundo sobre a sua natureza. O que sabemos é que o Colegiado foi um órgão criado durante a implementação do território, mas que a instabilidade institucional das três esferas de poder sorveu a força política e institucional do mesmo. Isso nos revela a inarmonia existente entre os direcionamentos políticos institucionais e o estado de coisas culturais que rondam o mundo da pesca artesanal. O fato do colegiado ter sido uma criação do ministério, portanto uma política exógena, pode ter sido a razão do desmantelamento do território.

Esse tipo de problema já estava colocado na experiência dos territórios rurais na década de 1990, razão pela qual Favareto (2010, p. 32, et. seq.) demonstra que “a larga maioria dos casos mostrou que a dinâmica e a agenda dos colegiados territoriais era pautada pela elaboração e negociação dos projetos do Proinf, substituto do Pronaf-Infraestrutura”.

De toda sorte o colegiado do território, ora estudado, tinha caráter permanente de articulação, proposição, elaboração, discussão e avaliação das ações e projetos junto ao MPA. Caracterizou-se por ser um órgão que carregava os setores mais importantes da pesca, como podemos acompanhar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Colegiado da Pesca do Território do Vale do Itajaí e Tijucas

Tipo de instituição	Nome das colônias
Instituição dos Pescadores Artesanais	Colônia Z-25 do Município de Tijucas
	Colônia Z-22 do Município de Bombinhas
	Colônia Z-08 do Município de Porto Belo
	Colônia Z-29 do Município de Itapema
	Colônia Z-07 do Município de Balneário Camboriú
	Colônia Z-06 do Município de Navegantes
	Colônia Z-05 do Município de Penha
	Colônia Z-26 do Município de Piçarras
Instituições Sindicais	Sindicato dos Trabalhadores da Pesca (Sindipesca) – Tijucas
	Sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí (Sindipi)
	Sindicato dos Trabalhadores na Pesca de SC (Sitrapesca)
	Cooperativa dos Pescadores de Itajaí e Navegantes
Instituições dos Aquicultores	Associação dos Maricultores de Penha (AMAP)
	Associação dos Maricultores de Bombinhas (Amab)
	Cooperativa dos Maricultores de Penha (Coopermape)
	Associação dos Pescadores de Tijucas (Apart)

Tipo de instituição	Nome das colônias
Instituições Públicas	Gerência Regional de Itajaí (Epagri) Superintendência da Pesca e Aquicultura Regional de Santa Catarina Secretaria de Pesca e Aquicultura de Itajaí Secretaria de Pesca e Aquicultura de Bombinhas Secretaria de Pesca e Aquicultura de Navegantes Secretaria de Pesca e Agricultura de Penha Secretaria de Pesca e Agricultura de Porto Belo Diretoria da Pesca de Itapema Superintendência do Patrimônio da União (SPU/SC) Marinha do Brasil
Fóruns/Comitês	Desenvolvimento Territorial Sustentável de Florianópolis (DTS/Epagri) Banco do Brasil
Instituições ligadas às Universidades	Grupo de Estudos Pesqueiros (GEP) Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI)

Fonte: MPA, 2010b

Fica claro, que o Colegiado da Pesca, enquanto instrumento por meio do qual as políticas territoriais manifestavam-se, se apresentou difuso: juntou todas as instituições envolvidas com a pesca na região do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas. Se é verdade que os Territórios da Pesca foram criados especialmente para serem organizações que permitissem o desenvolvimento político, cultural e produtivo dos pescadores artesanais de uma região pesqueira, não é menos verdade, que da maneira como se constituiu os interesses antagônicos seriam um possível entrave.

5. A extinção dos territórios da pesca: problemas de ordem institucional ou contradições do real?

Se considerarmos que as políticas públicas implementadas no território apresentaram um caráter mais conjuntural do que estrutural, ou seja, se

elas não organizaram os pescadores em torno de questões fundamentais, é possível compreender a inconsistência delas para o cotidiano dos pescadores artesanais. Essas ações governamentais não conseguiram superar: i) os problemas existentes entre os pescadores e as colônias, sequer fomentaram a necessidade de fortalecimento desses espaços ou ainda a criação de novos espaços em torno dos quais os pescadores artesanais pudessem engendrar formas de entendimento acerca das suas condições existenciais e ii) a subjugação entre as colônias e associações de pescadores e as superintendências nos Estados e no MPA. As condições de manutenção das colônias, por exemplo, são extremamente precárias, com baixa participação dos pescadores artesanais nos rumos políticos e com um corpo administrativo olímpicamente limitado para uma demanda profunda. As mesmas condições são vistas nas associações de pescadores e ainda nas limitadas secretarias estaduais e municipais. Para além destas cores adversas há o conteúdo “conceitual”, uma espécie de espírito ingênuo que ordena o âmbito intelectual/político dessas instituições. Isso se traduz na forma pela qual elas enfrentam os problemas do pauperismo social dos pescadores artesanais.

Esse cenário é visível em todos os municípios do território em que há colônia de pescadores ou outra instituição representativa. No de Penha, por exemplo, nem a Colônia Z-5, nem a Associação participaram da construção do território da pesca. Independentemente da baixa capacidade organizativa dessas instituições o que queremos destacar é que a política territorial pesqueira no TBVIT não se desenhou enquanto ações supremas em torno das quais o pescador artesanal pudesse se envolver consistentemente. O caráter conjuntural dessa política, somado ao que vimos acima, foi o vento que moveu as águas dessa participação.

Devemos dizer que em Penha a participação dos pescadores artesanais junto à colônia e à associação reduz-se à satisfação dos seus interesses organizativos imediatos, como: regularização das carteiras de pescador, licença para as embarcações, cadastro no Registro Geral da Pesca (RGP) e na

previdência social e orientações sobre o seguro defeso, conforme acompanharemos nos gráficos abaixo.

Além disso, há outras duas razões para explicarmos a extinção dos territórios da pesca no TBVIT. A primeira se refere à instabilidade institucional do MPA, ou seja, a política territorial foi criada durante a gestão do ministro Altemir Gregolin, em 2006 e não houve continuidade nos ministérios seguintes. Assim que a candidata Dilma Roussef assumiu a presidência em 2011, a culminar com a mudança de ministros, a política territorial deixou de fazer parte do corpo de políticas públicas e outras ações foram desenvolvidas. Segundo a Superintendência de Pesca e Aquicultura de Santa Catarina a política territorial sequer fez parte dos ministérios que sucederam o de Altemir Gregolin. Além da descontinuidade, observamos um outro aspecto estrutural, qual seja, o caráter empresarial e profissional das políticas públicas. Se entendermos que para serem consistentes as políticas públicas deveriam começar do empírico ao institucional, tornando os sujeitos envolvidos determinantes no processo de transformação social, as que foram instaladas pelo MPA foram meras formas conjunturais. Esse é o caráter alheio das políticas públicas do MPA, ou seja, o fato delas não partirem dos sujeitos subalternos envolvidos diretamente, provocou um esvaziamento absoluto.

Não estamos a negar, com isso, que elas não foram planejadas e realizadas, como podemos ver na tabela abaixo. O que queremos dizer é que a forma limitada, exterior, sem a participação efetiva dos envolvidos, com que elas se arquitetaram foi o motor da sua desestruturação.

A outra razão pode ser compreendida a partir do Relatório (2010) realizado pelo MPA e com apoio do Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (CEADES) em que diz que o colegiado ao unir setores com interesses tão contraditórios não alcançou o desenvolvimento esperado. Era assim que os interesses dos setores industriais e aquícolas eram confrontados com os interesses dos pescadores artesanais. Além disso, as reuniões de organização e tomada de decisões do colegiado eram centralizadas e

realizadas em um único município. Este fato fazia com que outras instituições de municípios vizinhos não pudessem comparecer, pois se tratam de organizações comunitárias a viver em estado de fragilidade orçamentária, administrativa e participativa.

Por último, mas não menos importante, devemos arrolar neste rol de razões o transplante operado entre as concepções de território. O implantado no MPA foi resultado da decisão de transplantar o modelo, ainda em construção dos *Territórios da Cidadania* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O que impulsionou esta medida foi, fundamentalmente, a possível similaridade com que se encontravam os sujeitos envolvidos. Os trabalhos desenvolvidos, especialmente na década de 1980, já gravitavam em torno desta problemática a destacar a origem dos pescadores artesanais. No litoral catarinense, não raro, é desaconselhável pensar na figura do pescador sem pressupor o pescador-lavrador, conforme vimos no capítulo primeiro deste trabalho. Se formos mais a fundo na história poderemos destacar que a pesca era uma atividade secundária do pequeno agricultor, limitada a períodos de safra. Foi em razão da crise das atividades agrícolas litorâneas de meados do século XX, sobretudo, que os camponeses migraram, integralmente, às atividades do mar. Portanto, as reminiscências teóricas somado as condições de vida destes pescadores artesanais e as potencialidades produtivas da aquicultura e da indústria coadunaram para a instalação da política territorial.

No mesmo sentido, o governo do PT é caracterizado por uma articulação institucional capaz de ocultar os conflitos de classes. É muito fácil observar a amarração estrutural da política econômica aos interesses do capital especulativo, razão pela qual nenhuma política territorial, profundamente articulada às demandas populares, pudesse se processar eficazmente. Essa realidade é alusiva aos dois mandatos do presidente Lula e, até o momento, ao mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Se o que dissemos acima é consistente, não podemos deixar de considerar o caráter de adestramento para o conformismo destas políticas.

Como falamos há instantes, elas não foram criadas no sentido de emancipar os povos subalternos. Elas atuaram mais no âmbito conjuntural do que no estrutural. Para o tipo de política que o PT realiza, definir o lugar dos povos subalternos é uma estratégia determinante e sem a qual seria muito difícil a burguesia financeira (mormente), comercial e industrial e os latifundiários manterem os padrões de acumulação de riqueza. É uma ingenuidade acreditar que diante de um governo com tais características seja possível emancipar milhões de miseráveis dos rincões do “vale de lágrimas”.

6. Organização política autônoma e consciência crítica

Neste momento discorreremos sobre uma questão fundamental para o entendimento do nosso trabalho. Defenderemos que a luta dos pescadores artesanais, no passado, sempre esteve cingida à relativa organização política e que, nos dias atuais, está em curso um profundo processo de transmutação deste quadro, posto que as instituições estatais estão sendo tomadas, enquanto arranjos ineptos, e no seu lugar organizações autônomas estão sendo criadas.

Contudo, a pergunta perturbadora que devemos tecer é a seguinte: o aparelhamento promovido pelas instituições estatais ao mundo dos pescadores artesanais, dialeticamente, não deveria ser o esteio sobre o qual se assentariam os firmes alicerces das suas organizações políticas? Por que temos de jungir, em última instância, a organização política autônoma dos pescadores artesanais ao grau de investimento do Estado brasileiro?

Obviamente que estas perguntas não alienam a inteligência de que estamos a tratar de um *grupo social* com baixíssima escolarização e renda, submetido a situações de subsistência amplamente precárias. A presença do Estado, em vista disso, teria um papel fundamental no sentido de superar todos estes problemas. Contudo, devemos explorar mais profundamente as

razões da baixa organização política dos pescadores artesanais para entender melhor.

Os processos de lutas sociais dos pescadores artesanais podem ser identificados em três fases: i) a primeira fase será dividida em dois momentos, de 1822 a 1919, fase de movimentos isolados fora do âmbito do Estado, ainda que mediado por ele, e de 1919 a 1985, fase de lutas com interesses específicos dentro do âmbito do Estado; chamaremos esta fase de lutas espontâneas; ii) de 1985 a 2010, fase de organização política no interior do Estado; iii) de 2010 aos dias atuais, fase de organização política com autonomia em relação ao Estado.

O primeiro momento da primeira fase está caracterizado pelos conflitos, cujo motor eram as políticas repressivas bastante específicas ao longo do nosso litoral. Tal fase não foi marcada por um grau de organização política que pudesse ter efeitos positivos para os pescadores. Eram demandas sociais que os moviam em busca de satisfações imediatas, às vezes atreladas a outros grupos, como foi o caso das lutas a favor dos escravos, a Cabanagem (1835 a 1940), a Revolta da Chibata (1910), a as Revoltas de 1903 e 1904 em decorrência da Lei de Recrutamento da República para a Armada de 1897. Já o segundo momento tem como característica o movimento contestatório estrutural, ainda que de baixo alcance e a criação das colônias de pescadores artesanais, como instituições que albergaria estes movimentos contestatórios. Disso resultou duas coisas: i) tornou os pescadores artesanais sujeitos de direitos políticos e sociais e ii) controlou as formas de descontentamento no interior da ordem social capitalista.

A segunda fase foi assaz importante, porque houve um conjunto de conquistas sociais e políticas. Já na última fase percebemos que diante de tais conquistas o pescador artesanal passou a ter consciência sobre a sua existência, ou seja, as conquistas advindas do próprio Estado tornaram-se objetos de questionamentos.

Se, especialmente, depois da criação da Sudepe, as passeatas, as reivindicações, as greves e os protestos, tornaram-se mais presentes, o mesmo

não podemos dizer das condições políticas depois da instalação das colônias de pescadores, em 1919. As colônias foram criadas para assegurar os interesses da Marinha de Guerra e de setores empresariais envolvidos com a pesca em geral e transformar os pescadores artesanais em força de trabalho livre aos empreendimentos nascentes do capital urbano-industrial, como lembra Mello (1989). Do ponto de vista estrutural do Estado, o recrutamento dos pescadores artesanais para abastecer o estoque da reserva naval já havia se iniciado em 1840 com a “Inscrição Marítima”, entretanto, a resposta dada à oficialidade, naquela ocasião, foi de muita resistência, como mostramos nas Revoltas de 1903 e 1904.

É verdade que na transição do século XIX ao XX os pescadores artesanais não possuíam nenhuma organização política concreta a ponto de reconfigurar a ordem das coisas a seu favor, contudo já era crescente a insatisfação de grupos sociais com baixo poder político. As colônias, por conseguinte, foram instrumentos de cooptação desses grupos sociais contestatórios para o seu interior, alterando o horizonte de lutas dos pescadores artesanais. A instalação das colônias inaugurou um sistema de representação política nos níveis municipais, estaduais e nacionais, posto que elas, junto com as federações e confederações, fabricaram uma “falsa ideia” de que tal estrutura estava a serviço dos interesses reais dos pescadores. Como menciona Silva (1993, p. 88):

Através da criação de cooperativas, da instalação de frigoríficos, da organização do mercado ou da grosseira conversão dos pescadores-lavradores em pescadores exclusivos, pretendia-se destruir uma noção de trabalho anterior de modo a propiciar a emergência de outra, mais afeita a grupos que se assemelhavam a uma consciente e emergente burguesia.

A instalação das colônias ao longo do litoral brasileiro foi exitosa: o número de pescadores cadastrados foi expressivo e desta forma o horizonte

reivindicativo, que assistimos entre o final do século XIX e início do XX, foi desaparecendo. Callou³ (1986) não hesita e menciona que diante do histórico de reivindicações os pescadores foram perdendo força dado o tamanho da estrutura ideológica imposta pelo Estado. Dessa forma, afirma que: “a evolução quantitativa, parcos alcances nas reivindicações, absorção de influências ideológicas, desamparo político, baixo afluimento de lideranças, pouca interação com outros movimentos sociais e ações centralizadas contra o Estado”. (CALLOU, 1986, p. 210). Doravante a relação familiar entre os pescadores artesanais, dentro das suas instâncias representativas e o corpo estatal passam a ser visceral. Os pescadores passam a ser controlados pelas teias invisíveis do Estado autoritário brasileiro.

É nesta estrutura, inteiramente jungida aos interesses do Estado, que aparece o primeiro Código de Caça e Pesca de 1934, onde no seu Artigo 15 é dito que as “Colônias reger-se-ão por estatutos elaborados pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e aprovados pelo Ministro da Agricultura”, conforme Paiva (2004, p. 61).

Desse modo, podemos afirmar que esta forma institucionalizada de representação política foi o que imperou em todo o território brasileiro. As Colônias, especialmente, até 1985, não deixaram de ser subordinadas ao Estado, por meio das federações e confederações, e fortemente atreladas aos interesses das burguesias locais. Ao mesmo tempo, as colônias se tornaram espaços de solidariedade, enquanto práxis social, e permitiram a interconexão dos pescadores, para além do seu círculo restrito familiar⁴. Se até o

3 Angelo B. Callou foi um dos primeiros intelectuais a discutir a formação dos movimentos sociais dos pescadores artesanais no nordeste do país. As suas contribuições versam no sentido de mostrar a relação de dependências, no sentido institucional e depois de de autonomia, no sentido de lutas emancipatórias, desses desconhecidos singulares povos brasileiros.

4 É oportuno lembrar que os pescadores artesanais tinham para com as festividades religiosas, as cooperações vicinais e as tradições de toda ordem, um espaço de solidariedade permanente. O que que queremos por em relevo é que com as Colônias os pescadores passaram a ter necessidade de envolvimento político mais profundo acerca das condições

fim da Primeira República estes pescadores artesanais encontravam-se isolados, com suas lutas dispersas ao longo do litoral e águas interiores brasileiras a partir da institucionalização da pesca artesanal as colônias passaram a ser o local no interior do qual eles iniciariam o processo de perda das suas ilusões, mediante a socialização das suas angústias do cotidiano, das contradições do mundo do trabalho artesanal, do avanço urbano e dos limites e das potencialidades da pesca artesanal. Não foram espaços emanados do útero do cotidiano dos pescadores artesanais. No entanto, não deixaram de ser, contraditoriamente, espaços solidários em torno dos quais os pescadores puderam organizar desenhos emancipatórios, ainda que ao avesso. Em boa verdade, todo o aparato administrativo e político engendrado pelas condições socioeconômicas após o período colonial brasileiro não foi uma criação consciente da *massa*. “Foi uma espécie de carapaça disforme, vinda de fora, importada. Vasta, complexa e pesadíssima”, e não estava em consonância com a “rarefação e o tamanho da população” brasileira da época, como alude Viana (2010, p. 361).

Percebemos, portanto, a criação de formas de lutas, de espaços de solidariedade, dos homens a se fazer ser social, hominizando-se, pelo próprio processo de reprodução da lógica capitalista. O capital, enquanto forma social, na medida em que avança, produz mecanismos que negam a sua existência.

Para ossificar o que estamos a dizer é oportuno atermo-nos ao significado de solidariedade neste trabalho. Entendemos que as formas de experimentação, de lutas sociais, cujo horizonte é a superação das contradições do tempo presente, tornam-se ações solidárias fundamentais para uma

sociais, onde as formas de ação em conjunto tornaram-se imprescindíveis para a obtenção de ganhos comuns. Se é verdade que as *solidariedades familiares e comunitárias*, enquanto microcosmos sociais, já permitiam algum tipo de conquistas, não é mesmo verdade que elas se apresentavam insuficientes para o tamanho do desígnio que se abria com a formação de quadros institucionais mais complexos. Na medida em que os imperativos capitalistas vão se derramando, vão criando formas de solidariedade amplas e conectadas com o todo, ainda que às avessas.

nova forma de se produzir a existência. Ainda que estas formas solidárias estejam configuradas na e pela ordem social vigente do capital elas são produtos de uma determinada práxis histórica. Grade (2008, p. 08, et. seq.) nos ajuda na temática ao dizer que “a solidariedade vem constituída como uma práxis que emerge a partir das experimentações dos homens produtores diretos tecendo-se em homens humanizados, hoje, nesses experimentos sociais.”.

Se assim o é, estes experimentos históricos, como solidariedade, vividos pelos pescadores artesanais no início do século XX, se apresentam como formas de lutas que já expressam a incapacidade de produzir a existência sob o manto do capital, ainda que contraditoriamente. A solidariedade é um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida. Os experimentos sociais, ainda que com traços burgueses, nos revelam, de modo contraditório, o embrião da emancipação.

Segundo Milani & Grade (2011, p. 62):

estes experimentos constroem-se como nova práxis social que tem na solidariedade seu novo nexos social e sua especificidade do local, as quais buscam recuperar a centralidade do homem, suas habilidades produtivas e criativas, unidos por laços de cooperação, ao invés da acumulação de capital em si e para si.

As alterações profundas nas condições materiais da sociedade brasileira trouxeram outro dinamismo para a vida dos pescadores artesanais brasileiros. O crescimento industrial, que já começara em 1930, ganhou impulso com o governo de Juscelino Kubitschek transformando o semblante do litoral brasileiro. Na região sudeste houve, especialmente, uma forte especulação imobiliária e um forte avanço na área do turismo. Esses dois eventos fizeram com que as terras do “pescador-lavrador” fossem expropriadas, Diegues (1983). Em Santa Catarina, este processo também foi importante para a pesca artesanal: muitos pescadores artesanais foram absorvidos

pelas possibilidades trazidas por estes dois setores, descaracterizando todo o seu modo de vida tradicional.

Em todas as regiões brasileiras a realidade social não é diferente, isto é, há uma profunda transformação das condições materiais de produzir a existência dos pescadores artesanais. Elas se transformaram diante do avanço do modo de produção capitalista. Esta realidade social engendrou uma embrionária forma de organização política tendo como base as mobilizações contra a poluição dos rios, o sistema de representação das colônias de pescadores, a expropriação das terras dos pescadores artesanais, como os jangadeiros, caiçaras e açorianos e a ausência de um programa de previdência social e política de créditos. As formas de lutas variavam de abaixo-assinado, passeatas e denúncias à imprensa dos atos públicos.

Estas manifestações passaram a ganhar peso e voz quando: i) foi criado o Conselho Pastoral dos Pescadores⁵ (CPP), em Pernambuco; ii) algumas colônias de pescadores passaram a ser tomadas e dirigidas por eles próprios; e iii) as lutas contra a poluição dos rios e mar obtiveram êxito regional. Para este último caso tivemos duas grandes passeatas com resultados imediatos, a saber: as passeatas, em 1983, contra o maior desastre ecológico do Estado de Pernambuco, onde 10 mil pessoas foram às ruas entre pescadores, cientistas e políticos e as que reivindicavam uma cesta básica a ser dada pelo governo estadual”, alude Silva (1993, p. 135).

De fato os trabalhos da Pastoral dos Pescadores, como menciona Ramalho (2012, p.03) “impulsionou e redefiniu a vida política dos pescadores e pescadoras, pois estes passaram a pressionar e a exigir modificações na forma de atuação das Colônias e um maior comprometimento de seus dirigentes”.

5 O site do CPP diz que ele é um “órgão vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. Pastoral da Terra”.

Todas estas formas de lutas foram contundentes e já demonstravam o pauperismo no qual se encontravam os pescadores artesanais, em todos os níveis, e que uma forma de organização política, ainda que restrita ao mundo burguês, começara a existir. É a partir da década de 1970 que as Colônias de Pescadores passaram a ser objeto de disputa, como foi o caso de Santarém e Aranaí (PA), Goiana (PE), Pitimbu (PB), Caiçara (RN), Caravelas (BA) e Penedo (AL). No mesmo caldo de lutas, as Federações Estaduais, como foi o caso de Pernambuco em 1984, e Alagoas em 1987, foram tomadas pelos pescadores artesanais. Em 1989, foram conquistadas as Federações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro fato digno de nota foi a organização das pescadoras e marisqueiras junto aos trabalhos da Comissão Pastoral dos Pescadores, assim que chegou a Freira Montenegro. A força desta união resultou, em 1989, na eleição de uma mulher para presidir uma colônia de pesca, pela primeira vez no país. Cinco anos mais tarde, a mesma pescadora, Joana Mouzinho, presidiu a Federação de Pescadores de Pernambuco.

A tomada de algumas colônias revela: i) a insatisfação dos pescadores artesanais com a baixa representação política promovida por estes órgãos criados no seio de um Estado repressivo e autoritário e ii) a consciência, por parte desse grupo, de que o controle das colônias seria uma forma de emancipação política. Afirmamos que as colônias foram agrupamentos criados pelo próprio Estado capitalista e o fato de algumas delas estarem nas mãos de pescadores artesanais não significa a superação do controle estrutural do Estado. Contudo, o controle revela as limitações do próprio Estado capitalista e a transformação da consciência ingênua pela consciência crítica.

Se no século XIX os movimentos sociais foram reprimidos pelas leis iminentes do Estado da época, no século XX a repressão não deixa de existir, mas o instituto da cooptação estatal os redefine estruturalmente. Essa mudança não é só verdadeira para o objeto ora analisado, é ainda mais verdadeira para o histórico movimento dos trabalhadores assalariados, que depois de um longo período de lutas sociais a favor de uma sociedade

superior à capitalista vêm as suas condições de lutas albergadas e legitimadas pelos mecanismos de controle do Estado moderno. O século XX foi o século da adequação das lutas sociais ao horizonte das conquistas sociais estabelecidas e organizadas pelos direitos advindos da sociedade burguesa. É correto que as lutas travadas pelos trabalhadores assalariados em suas Associações nacionais e internacionais no segundo período do século XIX apresentaram um vigor revolucionário, mas não é menos correto dizer que a organização das lutas circunscritas aos sindicatos, e, em alguns casos, às colônias, é demonstração do alinhamento dos trabalhadores às conquistas burguesas arranjadas pelo Estado moderno.

A mudança na estrutura interna do modo de produção capitalista e que gera uma substancial alteração nos desenhos comunitários dos pescadores artesanais, como vimos em boa parte do litoral brasileiro, impõe novas formas de lutas sociais. As colônias não são mais suficientes para garantir os ganhos necessários dos pescadores artesanais. Portanto, quão mais complexa vai se tornando as relações sociais, tão mais sólida e necessária se faz a criação de uma organização política que esteja à altura das coisas. É desse momento em diante que assistimos a um conjunto de ações no sentido de ossificar os movimentos sociais dos pescadores artesanais.

7. As contradições do real: o processo embrionário de uma consciência crítica é a perda das ilusões?

Falaremos que o processo de institucionalização da pesca artesanal no Brasil foi implantado levando em conta os desígnios da lógica do capital. No entanto, na medida em que as contradições do real aguçam essa lógica, os pescadores artesanais perdem as suas ilusões ou suas *ingenuidades* sobre o Estado capitalista e uma forma de consciência crítica ganha vitalidade. Quais as implicações desta forma de consciência para a nossa defesa? Vejamos isso de perto.

Se estamos a defender ao longo deste trabalho que no curso do processo de hominização os homens vão perdendo as crenças e as ingenuidades é mais pela concretização da consciência crítica sobre os fatores e condições que determinam as contradições do real do que por outro fator qualquer. A consciência crítica é uma forma de consciência disposta a apreender e denunciar as influências dos elementos que estão sobrepostos a ela, ou seja, “está sempre interessada em descobrir os determinantes do seu conteúdo, porque sabe que eles existem e tem por tarefa lógica distingui-los e avaliá-los” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 85). As formas de consciência social revelam, portanto, o grau de percepção que se tem sobre o real. Não significa que os *povos seráficos*, enquanto existência bruta, submetidos a um conjunto de percepção do real ainda ingênuo, não tenham consciência: “o conjunto de condições objetivas que constitui o estado de uma comunidade nacional é sempre acompanhado por uma consciência social, onde se reflete”. (Idem, 1979, p. 11). A consciência social pode ser ingênua se a sua forma de consciência for o desconhecimento dos fatores que determinam a sua formação. Ou ainda, a consciência ingênua pode ser “por essência, aquela que não tem consciência dos fatores e condições que a determinam”. (Idem, 1979, p. 83)

Agora, se afirmarmos que a consciência crítica “surge quando um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 46) é mister sublinhar que ela só se torna possível na medida em que as ilusões e as ingenuidades vão se perdendo, quando vai se concretizando, graças a estímulos concretos, a *personalidade histórica* de um povo. Não será isso que estamos a perceber no exato momento em que os povos em lutas vão tomando consciência crítica da universalidade do tempo presente, portanto, da *comunidade humana universal*? Quando afirmarmos que a consciência crítica é a percepção sobre os fatores e condições que determinam as contradições do real, não estamos a dizer que a apreensão do caráter universal das lutas sociais é peça decisiva para a sorte dos povos? Devemos reiterar que a ideia do imperativo do

desenvolvimento capitalista suscita a consciência crítica, razão pela qual os povos, ao longo do mundo, vão tomando consciência de si e formando o ser social.

Se assim o é, podemos afirmar que os caminhos possíveis em que trilham as experiências dos povos estão em todos os cantos. Para o nosso objeto analítico, ora em relevo, não é inconsistente asseverar que a Constituinte da Pesca, cuja atuação resultou em conquistas na Constituição de 1988, foi um marco da incipiente trajetória de luta dos “povos do mar” e com ela a consciência de que qualquer forma de luta deveria ser mais ampla, isto é, deveria contar com todos os pescadores artesanais brasileiros.

Dessa forma, pois, a consciência histórica de um povo, grupo, é diretamente proporcional ao grau de domínio que ele tem do seu passado e presente, da existência de si - o que implica conhecer a natureza circundante e as formas de intercâmbio - e, por fim, da concreta relação com a universalidade da existência humana: só assim poderá realizar a experiência existencial do seu ser de acordo com o tempo.

Guerreiro Ramos (1957, s/p, et. seq.) em suas notas sobre o ser histórico assevera que:

A existência histórica de um povo supõe assim uma elevação, um acesso a um modo superior de ser. Enquanto lhe falta aquela consciência, a história lhe sucede sem que ele esteja nela. Nele se verifica uma pura sucessão de estados cuja concatenação não se tem consciência. Envolvido no puro suceder sem reflexão, um povo em tais condições não realiza a experiência no tempo. É por sua elevação ao plano da consciência que ele se instala verdadeiramente no tempo histórico.

Portanto, a existência histórica a ser alcançada por um povo passa pelos processos de consciência que vão se configurando nas lutas sociais. Esses processos de consciência só se realizam, enquanto existência coletiva,

quando o seu conteúdo tiver como força a universalidade, ou seja, ainda que cada luta social carregue, irrefragavelmente, a decisiva dimensão singular da existência, ela é distintiva por estar concatenada às ações de todos nas mesmas situações históricas. É tomando consciência da existência coletiva que os sujeitos vão realizando a consciência histórica que tanto lhe é necessária para a emancipação humana. É quando um povo passa a ter o que Guerreiro Ramos (1957) chamou de *ponto de vista*, enquanto forma de consciência de uma determinada condição histórica. Quando um indivíduo ou uma sociedade tem consciência dos fatores reais que a conduzem ele passa a ter um ponto de vista consciente, ou nas palavras de Guerreiro Ramos (1957): “apenas quando fatores reais promovem a emancipação de uma sociedade é que ela passa a ter ponto de vista”.

Parece oportuno observar que quanto mais concentrados tornam-se os meios de produção e menos trabalhadores tornam-se necessários para a produção da riqueza mais efetiva é a existência coletiva. O avanço das forças produtivas é senão a demonstração empírica de que o trabalhador está a se separar do homem e se materializando em meios de produção, como sustenta Marx (2005). O movimento de separação é, ao mesmo tempo, o movimento de conscientização das suas condições históricas, pois, regurgitado, só resta ao homem dominar o processo produtivo para a sua humanidade. Ou ainda, nas palavras de Marx (2005, p. 53) “o produto do próprio homem, expressão exteriorizada da força produtiva do trabalho social, constitui-se em meio pelo qual o homem se liberta de suas condições naturais à sua existência.”

Os pescadores artesanais tornaram-se homens supérfluos pelo fato segundo o qual ao longo do processo de hominização tiveram as suas condições materiais de trabalho separadas de si. A sociedade capitalista tornou-os desnecessários para a produção. O único caminho que resta a eles, portanto, é a luta emancipatória.

A luta travada na Constituinte da Pesca gravitava em torno da transformação do sistema de representação da categoria, ou seja, o objetivo

era dar às Colônias, às Confederações e às Federações, o mesmo caráter jurídico dos sindicatos de trabalhadores urbanos. A elas foi outorgado o direito de elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus Municípios. Também foi dado aos pescadores “a livre associação, a não interferência do poder público, autonomia, unidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores”, alude Cardoso (s/n, p. 02). A Constituinte da Pesca, portanto, foi um registro histórico do avanço das lutas dos pescadores artesanais na década de 1980. É a partir dela que podemos falar do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape).

Enquanto resultado das lutas travadas na década de 1980 o Monape forma-se no útero das conquistas da Constituinte da Pesca de 1988 e tendo a intenção de se constituir enquanto um movimento social aglutinador dos anseios mais recônditos dos pescadores artesanais ao longo do litoral brasileiro. A dimensão de ser um movimento nacional não era uma mera questão de retórica: tratava-se de uma necessidade premente, dito de outro modo, a possibilidade de alteração do quadro político dos pescadores era proporcional ao “peso” que o movimento alcançaria nacionalmente. Isso era explicado pela ausência de um organismo de interlocução e representação dos interesses comuns na esfera do poder central.

Se até a década de 1980 as lutas travadas pelos pescadores artesanais circunscreviam à proteção ambiental, dado que a garantia de boas condições litorâneas era proporcional à subsistência da pesca artesanal, a partir do Monape urge a necessidade de uma organização política de atuação institucional para “democratizar as colônias, fazer valer conquistas realizadas pela Constituição e lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores artesanais”, como lembra Diegues (1995, p. 136). Isso se concretiza a partir de 1990 quando o movimento passou a apresentar “propostas emergenciais junto ao governo, dentre as quais se destacaram o salário desemprego durante o período de defeso; a regulamentação das leis das colônias, que ainda estava pendente; a isenção de impostos ao pescador

na aquisição de seus instrumentos de trabalho, entre outros”. Conforme Fox (2010, p. 102, et. seq.)

Tendo em vista que o 5º Encontro Nacional: Política Pesqueira, Meio Ambiente, Organização da Categoria, Política Sindical e Previdência Social de 1991 buscou atender as necessidades dos pescadores em todo país, foi criado, dentro do Monape, a seguinte estrutura: i) Assembleia Geral, ii) Conselho de Representantes (composto pela coordenação e representantes regionais) e Coordenação.

Não obstante ao horizonte nacional, o Monape ainda é caracterizado por ser uma organização regionalizada. Vinte e sete anos depois da sua fundação ainda há Estados brasileiros que desconhecem a existência dele. Segundo FOX (2010, p. 106, et. seq.) “as enormes diversidades das atividades praticadas pelos pescadores e um vasto campo territorial que os mesmos habitavam, colocando a nu uma pluralidade de inserções no processo de produção e de condições de vida” tornou-se uma dificuldade para a expansão do movimento, bem como “ao fato da pesca embarcada ter maior penetração nas regiões Sul e Centro-Sul do Brasil”. Podemos dizer que os limites orçamentais do Monape, a baixa estrutura administrativa e o limitado quadro de profissionais para realizar as atividades foram as razões que levaram o Movimento a se transformar, durante o I Seminário do Conselho Deliberativo, em pessoa jurídica.

A Associação Movimento Nacional dos Pescadores passou a ser uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, de âmbito nacional e com o objetivo de captar recursos para o Monape. A Associação, agora, constituída pelo Conselho Nacional, Conselho Deliberativo, Coordenação Executiva e pelo Conselho Fiscal, transforma-se em uma entidade com finalidades bastante claras, quais sejam: i) elaborar, acompanhar e avaliar projetos e programas de desenvolvimento em parceria com órgãos oficiais e ii) promover a capacitação e formação profissional dos pescadores e pescadoras.

A nova natureza jurídica se deu em um momento em que os movimentos sociais brasileiros se adequaram à institucionalidade posta, ou seja, tornar-se pessoa jurídica era inversamente proporcional ao isolamento. Ocorre que institucionalizar-se também significava aderir a um conjunto de atribuições que amarravam politicamente o movimento e o inseriam em uma lógica cada vez mais mecanizada de luta. O Monape vai aos poucos tornando-se um movimento cuja definição passa obrigatoriamente pela circunscrição do Estado capitalista. Como diz GOHN (2004, p. 143): “os fundos públicos são, no sistema capitalista, pressuposto de financiamento tanto na acumulação de capital quanto na reprodução da força de trabalho e este padrão de financiamento altera a natureza dos conflitos sociais, que passam a girar fundamentalmente em torno do Estado”.

Se entre 1980 e 2000 o movimento estava envolvido com a defesa da pesca artesanal, o mesmo não podemos dizer da sua atuação no século XXI onde a cooptação, o gerenciamento e a fiscalização de recursos para projetos de pesca artesanal tornaram-se atividades dominantes. Ou seja, a necessidade imposta pela sociabilidade capitalista fez com que a Monape perdesse a força de luta e resistência de outrora junto aos pescadores artesanais e assumisse uma atividade institucionalizada.

É fundamental destacar nesta discussão que o Monape, no século XXI, tornou-se um órgão distante dos pescadores artesanais. Isso ficava mais sólido na medida em que o movimento adaptava-se às exigências das parcerias, dos financiamentos internacionais e do Estado capitalista. Este distanciamento alcança seu ponto máximo em 2009 quando o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) órgão que contava com dirigentes do Monape se posicionou contra as políticas públicas produzidas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e não encontrou guarida do movimento. No interior da I Conferência da Pesca Artesanal – movimento criado paralelamente à 3ª Conferência do incipiente MPA – o Monape desarticula-se e não retoma o vigor crítico e de resistência que o caracterizou na década de 1980.

Considerações Finais

Diante do que expusemos, é possível caracterizar a luta dos pescadores artesanais brasileiros dentro de uma tendência geral de movimentos sociais de *populações vulneráveis*, como destaca Harvey (2011). Trata-se de movimentos guiados pela necessidade premente de combater o pauperismo social. Segundo ele o “enfoque na vida diária na cidade, vila, aldeia ou outro local fornece uma base material para a organização política contra as ameaças que as políticas de Estado e interesses capitalistas, invariavelmente, representam para as populações vulneráveis” (2011, p. 207). Um dos aspectos mais expressivos dessa luta do cotidiano é a construção, por meio de políticas institucionais, do MPA durante os governos petistas. É verdade que tais políticas nunca deixaram de ser permeadas pelo horizonte liberal, mas, não é menos verdade, que ao assim se configurarem, permitiram que os pescadores artesanais perdessem as suas ingenuidades sobre a natureza das políticas estatais. Como eles lutam por melhores condições de vida, pela presença concreta do Estado, pela defesa dos conhecimentos tradicionais, pela preservação do meio ambiente, etc, ou seja, lutas do cotidiano, ainda que mediadas pelo capital, eles tornam-se mais pragmáticos, com possibilidades reais de apreender a estrutura da dinâmica capitalista por suas próprias experiências.

Entretanto o movimento dos pescadores artesanais é, ao mesmo tempo, um movimento emancipatório. Se eles lutam pelo reconhecimento das suas existências singulares e essas lutas ultrapassam a agenda do cotidiano, é possível dizer que a agenda do cotidiano é ao mesmo tempo uma luta emancipatória, ainda que pelo avesso. Claro está, que as práticas e os horizontes desses movimentos nacionais, são diferentes em cada região. Há regiões em que a luta já alcançou um grau de maturidade mais avançado de que outras, mas a atualidade de todas elas é o fato de terem se tornado expressões singulares da universidade capitalista, portanto, banhadas pelas mesmas contradições.

O nosso objetivo em apresentar o quadro de implantação do TBVIT e o considerável grau de consciência crítica que os pescadores conquistaram, especialmente após a construção de toda a institucionalidade burguesa do MPA, foi senão de mostrar as contradições que estão ocultas nos fios invisíveis das estruturas política burguesa.

Em verdade, o grau de avanço conquistado por estes movimentos sociais, impõe formas renovadas de atuação. A complexidade em lidar com os arranjos modernos, nos quais estão submetidos, impede que eles reproduzam práticas de lutas de outrora. Não se trata de exigir melhorias circunscritas, unicamente, aos sistemas político, econômico e cultural da ordem dominante. A luta do tempo presente deve transcender o horizonte burguês e se alinhar aos fios invisíveis que nos concatenam ao futuro humano. De toda sorte, o que podemos observar de alvissareiro nestes movimentos são as novas solidariedades contundentes e os novos caminhos que se abrem sobre a defesa da existência humana. Tornam-se, pois, utopias concretas, mas que ainda dependem de uma poderosa capacidade organizativa, atravessada de consciência crítica e de engajamento sistemático sobre o real.

Recebido em: 02 de mar. 2017.

Aceito em: 12 de jun. 2017.

Referências

DIEGUES, Antônio C. Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática. 1983.

_____. **Povos e mares**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. São Paulo, Nupaub/ USP. 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. 2010. **População do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>. Acesso em: 12/10/2015.

FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, IICA. 2010.

FOX, Verônica del Pilar Proaño de. **Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – Monape (1990-2009)**, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2010.. 209 f.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed. São Paulo: Loyola. 2004.

GRADE, Marlene.. **Solidariedade como o espaço da transição: uma análise crítica da Economia Solidária a partir de Karl Marx**. Encontro Nacional de Economia Política, Anais. 2008

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo. Ed. Boitempo. 2011.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo, Boitempo. 2005.

MELLO, A. F. **Contribuição para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: partindo do caso amazônico**. In: DIEGUES, Antônio C. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1989.

MILANI, A. M. R., & GRADE, M. ≈ **Desenvolvimento local e economia solidária um caminho possível: a experiência das mulheres solidárias de Roraima**. Revista Economia Política do Desenvolvimento, 4 (12), 51-67. 1989.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. 2010. **Política de desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura**. Brasília.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo, Cemar/USP. 1993.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional**. Rio de Janeiro, Editorial Andes. 1954.

_____. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ. 1996.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial. 2010. ●